

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

MARINA FERRAZ DE OLIVEIRA

FEIRA DE ANTIGUIDADE DA PRAÇA XV: ATORES SOCIAIS, CONTRADIÇÕES E  
AÇÕES DE SALVAGUARDA

**2017**  
**Niterói**

MARINA FERRAZ DE OLIVEIRA

FEIRA DE ANTIGUIDADE DA PRAÇA XV: ATORES SOCIAIS, CONTRADIÇÕES E  
AÇÕES DE SALVAGUARDA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção de Grau de Bacharel.

Orientador:

Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa

**Niterói**  
**2017**



**ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL**

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato: **MARINA FERRAZ DE OLIVEIRA** Matrícula: 211.33.091

Título do Trabalho:  
**"FEIRA DE ANTIGUIDADE DA PRAÇA XV: ATORES SOCIAIS, CONTRADIÇÕES E AÇÕES DE SALVAGUARDA"**

Orientador: **Dr. Wallace de Deus Barbosa**

Categoria: **Monográfica** Data da Apresentação: **16/03/2017**

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): **Dr. Wallace de Deus Barbosa**

2º Membro: **Dr. Luiz Guilherme Vergara**

3º Membro: **Me. Raphael Hallack**

AVALIAÇÃO:

Análise / Comentário

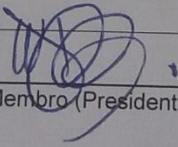
A Banca destaca a qualidade do trabalho, destacando sua relevância no sentido de refletir - a partir do caso analisado - sobre aspectos valiosos para o campo da Produção Cultural, como a relação entre o material e o imaterial na cultura; políticas de registro e salvaguarda e os mecanismos de ativação de memória patrimonial.

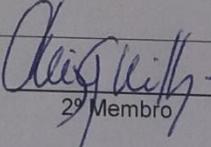
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):

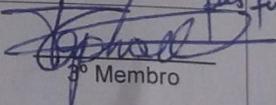
**10**

A Banca sugere desenvolvimento posterior de pesquisas

ASSINATURAS

  
1º Membro (Presidente)

  
2º Membro

  
3º Membro

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

O48 Oliveira, Marina Ferraz de.  
Feira de Antiguidade da Praça XV: atores sociais, contradições e ações de salvaguarda / Marina Ferraz de Oliveira. – 2017.  
48 f. ; il.  
Orientador: Wallace de Deus Barbosa.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2017.  
Bibliografia: f. 36.

1. Patrimônio cultural. 2. Memória social. 3. Espaços públicos. 4. Feira de Antiguidade (Praça XV - Rio de Janeiro, RJ).  
I. Barbosa, Wallace de Deus. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família que sempre apoiou todas as minhas decisões e meus sonhos. Minha mãe, Valéria que sempre esteve do meu lado ouvindo meus desabafos e me dando total autonomia para fazer as coisas no meu tempo. Meu pai, Ricardo que sempre acreditou no meu potencial e estimulou a conclusão desta jornada, oferecendo ajuda e me dando alguns puxões de orelha necessários.

Agradecimento especial a minha tia Adriana, que me orientou a escolher o curso de Produção Cultural, a minha tia Aline que sempre me ajudou no que pode e meu avô Franklin que nunca deixou faltar nada, vocês sempre cuidaram de mim da melhor forma possível, o amor de vocês e o apoio incondicional ao longo de toda a minha vida foram de extrema importância. Obrigada ao meu avô Anésio, minhas tias Grace e Aninha. E às minhas avós queridas que não se encontram mais aqui, mas me tornaram quem sou hoje: Magda, que tive o prazer de ter como segunda mãe e Celma, que estimulou meu gosto pelas artes e cultura.

Obrigada ao meu namorado, Zé, que foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, obrigada por me acompanhar na pesquisa de campo e por me ajudar a entender melhor o mundo do mercado de antiguidade.

Agradeço também aos meus amigos que ouviram os meus desabafos e me apoiaram, não vou citar nomes para não esquecer ninguém, mas vocês sabem quem são e o papel que desempenham na minha vida. Destaque para alguns colegas de trabalho que foram compreensivos neste período de conclusão.

Obrigada aos envolvidos na Feira da Praça XV que me forneceram todas as informações que precisei ao longo desta pesquisa, agradeço principalmente as pessoas citadas neste trabalho: Rafael Barbeito, Jorge Luiz, Camila Moraes, Regina Duarte e Lília. A generosidade de vocês foi incrível.

E finalmente obrigada ao meu orientador Wallace que teve muita paciência e me ajudou muito a alcançar o resultado desejado. Agradeço também a banca pela total disponibilidade em tão curto prazo.

## **RESUMO**

Esta pesquisa pretende fazer uma reflexão acerca da tradicional “Feira de Antiguidade da Praça XV”, que para além de suas relações de capital, representa um espaço de sociabilidade, de ocupação do espaço público e de grande importância para a memória do Rio de Janeiro. O texto se desenvolve a partir de um panorama das mudanças ocorridas ao longo da existência da feira, para em seguida descrever as relações de seus atores sociais e desafios no que diz respeito a sua continuidade, e por fim questionar os mecanismos legislativos atuais, propondo “ações de salvaguarda” para a preservação da feira como patrimônio imaterial.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Cultural, Memória Social, Espaço Público, Feira de Antiguidade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>Da “Feira do Troca” à “Feira de Antiguidade da Praça XV”: Histórico dos anos 70 ao ano de 2016.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>Atores Sociais, Relações e Contradições.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>Memória, Patrimônio e Desafios.....</b>	<b>30</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu da vontade de explorar as particularidades da Feira de Antiguidade Praça XV, suas relações sociais e os desafios enfrentados pelos atores sociais no processo de manutenção da feira. Desde que realizei minha primeira visita em 2012, quando a mesma ainda se localizava embaixo do viaduto da perimetral, esta feira vem atraindo minha atenção não apenas por seus locais de realização, que contribuem para sua atmosfera de tradição, mas por se tratar de uma feira de objetos antigos, que representa um espaço de sociabilidade onde atores sociais trocam conhecimentos acerca de objetos que são a todo momento ressignificados e estão carregados de história, contextos sociais, memórias de extrema importância para o patrimônio imaterial da cidade do Rio de Janeiro.

Ao longo dos seus aproximados 47 anos de existência, a Feira de Antiguidade da Praça XV passou por muitas modificações até chegar ao formato conhecido atualmente. No primeiro capítulo procuro traçar o histórico do seu início, nos anos 70, até suas recentes mudanças, no final de 2016.

No segundo capítulo tive como ponto de partida as relações que os atores sociais constroem entre si, fazendo uma contextualização dos perfis atuantes na ambiência da feira e das relações econômicas específicas do mercado de antiguidades. Neste capítulo utilizei o conceito de “Drama Social” de Victor Turner para explorar as contradições e desafios enfrentados pelos atores sociais: Estes conflitos se dão principalmente quando observamos os episódios recentes de mudança de local, quando a feira foi realocada para a Praça Marechal Âncora a partir de um decreto que procura oficializar as atividades.

O terceiro capítulo procura esclarecer a importância da feira para a memória da cidade do Rio de Janeiro, levando em conta a lei de registro como patrimônio imaterial carioca, questionando ao mesmo tempo que refletindo sobre a efetividade deste mecanismo para sua salvaguarda, principalmente quando contextualizamos os desafios encontrados pelos atores sociais no momento presente.

Esta pesquisa tomou forma a partir de uma ampla leitura de material bibliográfico, de visitas periódicas a “Feira de Antiguidade da Praça XV”, onde observei as dinâmicas das relações sociais e coletei informações a partir de depoimentos do organizador e dos expositores.

## **1 - Da “Feira do Troca” à “Feira de Antiguidade da Praça XV”: Histórico dos anos 70 ao ano de 2016.**

A “Feira de Antiguidades da Praça XV” é considerada a maior e mais tradicional do Rio de Janeiro. Desde seu início, ela acontece aos sábados nas imediações da área denominada Praça XV de Novembro. Segundo o seu atual organizador, Rafael Barbeito, presidente do Instituto das Feiras Culturais do Brasil (Fecult Brasil):

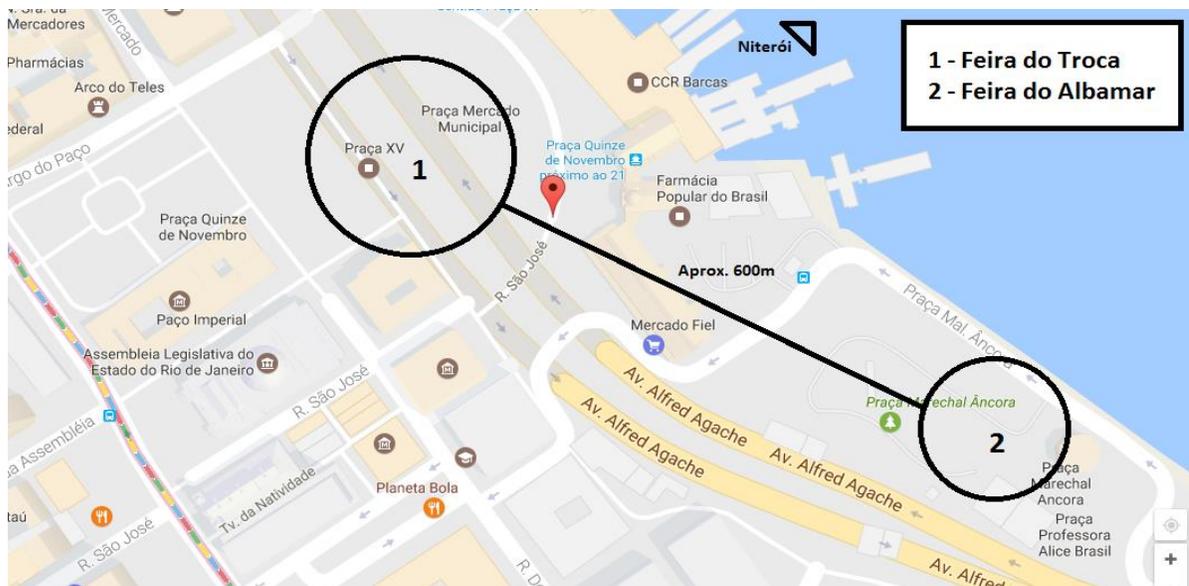
Um dos principais requisitos para participar da feira é que os expositores devem vender arte antiga e objetos usados: Você tem desde brechós de roupas e miudezas, até as pratarias, as porcelanas, as coisas de melhor qualidade e você também tem o colecionismo onde estão os brinquedos, moedas, postais e outros artefatos de peça de arte e antiguidade. (Rafael Barbeito, 2017)

Os primeiros registros da feira datam de 1969, um ano depois foi inaugurada a “Associação Brasileira de Antiquário” (ABA) responsável por realizar a “Feira do Albamar” que ocorria aos sábados nos arredores do restaurante com o mesmo nome. Segundo LORETTI (2010, p.33), para participar da feira era necessário comprar ou alugar uma barraca que era cotada em dólar e a maioria dos participantes já eram donos de lojas em shoppings e antiquários localizados em Copacabana e na Barra da Tijuca, de modo que esta feira era realizada por uma “elite de antiquários” cariocas e era frequentada também por uma “elite carioca” de alto poder de compra.

Paralelamente, acontecia ao redor da estátua de D. João VI a “Feira do Troca”, um encontro informal de escambo de mercadorias com uma dinâmica que podemos remeter em menor escala ao fenômeno ritual do Kula, estudado por MALINOWSKI(1922) nas ilhas de Trobriand do Pacífico Ocidental, sendo este um sistema complexo de circulação de objetos de valor.

Mais tarde, durante meados dos anos 70, o prefeito da época, Marcos Tamoyo, decretou oficialmente o funcionamento da “Feira do Troca”. Ela tinha um caráter mais popular e era frequentada por diversas pessoas de todas as classes sociais, inclusive pelos expositores da “Feira do Albamar” que chegavam cedo à feira para encontrar peças, que poderiam ser vendidas em suas barracas. “Com o passar dos anos, os expositores da “Feira do Troca, percebendo as vantagens econômicas do mercado de antiguidades, acabaram por introduzir dinheiro nas transações econômicas.” (LORETTI, Pricila 2010, p.34)

Ao final dos anos 70 muitos antiquários e feirantes da antiga “Feira do Albamar” migraram para a Praça Santos Dumont, na Gávea, onde estão alocados até os dias atuais. Acredita-se que a mudança se deve às condições do centro da cidade na época, pois haviam obras de construção do mergulhão, e uma grande popularização da “Feira do Troca” que se tornou seu concorrente direto. Além do mais os compradores deste bairro possuíam um maior poder aquisitivo.



(Mapa 1:Localização das feiras originais. Imagem retirada do Google Maps)

A partir do fim da “Feira do Albamar” (anos 80), a “Feira do Troca” passou a se chamar “Feira de Antiguidade da Praça XV”, nomenclatura que conhecemos até hoje. Em certo momento, obras de construção do mergulhão obrigaram a transferência da feira provisoriamente para a Rua 1º de Março, esquina com a Rua São José. Em seguida a feira passou para debaixo do Viaduto da Perimetral. Quando questionados sobre esta época, a maioria dos expositores mais antigos lembra-se dela como uma “época de ouro” e por muito tempo foi considerada a “maior feira da América Latina” (SIC).

Nesta época, existia uma divisão clara entre a “feira oficial”, com pessoas registradas que pagavam em torno de R\$20,00 reais nas barracas, e o denominado “Shopping de Chão”, com pessoas que de modo informal estendiam seus panos no chão e expunham produtos considerados por muitos como “quinquilharias”: Esta feira paralela era composta em grande parte por pessoas em situação de rua, que disponibilizavam peças encontradas no lixo. Esta dinâmica permaneceu mais ou menos a mesma ao longo dos anos 90 e 2000, até o início das obras de derrubada do “Viaduto da Perimetral” em 2014, e da construção do “Porto Maravilha”, quando a feira passou a ser trocada de lugar várias vezes. Até que foi alocada no Paço Imperial, onde voltou a se estruturar e acontecer normalmente.

Em 2016 a área do Paço Imperial passou fazer parte da Orla Conde que tinha a função de ligar a Praça XV a Praça Mauá. Foi abrigando ali o Boulevard Olímpico onde foi instalado um palco para as Olimpíadas, aquele espaço virou um local voltado para a realização de diversos eventos e shows. Deste modo, a feira precisou ser realocada para a Praça Marechal Âncora, sendo realizada ao lado do Restaurante Albamar, local onde ocorria a antiga “Feira do Albamar” com visual para a Ilha Fiscal. No comentário a seguir, Rafael, o organizador da feira, expressa seu entendimento acerca da mudança de localização, explicando os motivos que levaram a esta necessidade:

“Essa transferência se deu pelo fato de que grandes empresas montaram stands para as olimpíadas naquele local: Nike e Skol, por exemplo. E aí, o Secretário Municipal de



É importante relatar ainda que no dia 30 de Dezembro de 2016, foi aprovada pela câmara dos vereadores e publicada em Diário Oficial da União uma lei registrando a Feira da Praça XV como patrimônio de natureza imaterial da cidade do Rio de Janeiro.

## LEIS PROMULGADAS

**LEI N º 6.120/2016: Publique-se: À PGM, para analisar/preparar  
Representação de Inconstitucionalidade.  
29.12.2016  
EDUARDO PAES**

O Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro nos termos do art. 56, IV combinado com o art. 79, § 7º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, não exercida a disposição do § 5º do art. 79, promulga a Lei nº 6.120, de 19 de dezembro de 2016, oriunda do Projeto de Lei nº 166-A de 2013, de autoria da Senhora Vereadora Laura Carneiro.

### **LEI Nº 6.120, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.**

*Tomba como bem de natureza imaterial, a  
Feira de Antiguidades conhecida como Feira  
do Troca, realizada aos sábados na Praça  
XV de novembro, no centro da Cidade do  
Rio de Janeiro.*

Art. 1º Fica tombada, como bem de natureza imaterial da Cidade do Rio de Janeiro, a Feira de Antiguidades conhecida como Feira do Troca, realizada aos sábados, no horário das seis às dezesseis horas, na região da Praça XV de Novembro no Centro, em face de sua relevante produção de práticas culturais fortalecedoras da memória e da identidade da sociedade carioca.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, o Poder Executivo procederá aos registros necessários nos livros próprios do órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2016.  
Vereador **JORGE FELIPPE**  
Presidente

Este projeto de lei foi redigido pela ex vereadora e atual deputada federal Laura Carneiro e estava em tramitação desde abril de 2013, seu objetivo é reconhecer a feira como patrimônio imaterial carioca valorizando sua importância para a memória do Rio de Janeiro. Esta lei foi aprovada pouco tempo depois do Decreto 42664 que regula o funcionamento da feira na Praça Marechal Âncora. Ambos os mecanismos legislativos possuem contradições que serão exploradas melhor mais à frente.

## 2 - Atores Sociais, Relações e Contradições

As “feiras livres” em geral possuem historicamente uma dinâmica de funcionamento muito distinta de outras formas sociais de mercado, pois para além das relações de capital, elas criam um espaço de sociabilidade onde os diversos sujeitos participantes desse mercado podem interagir entre si e com o espaço público, se relacionando com o cotidiano e se tornando uma ampla rede de atores sociais dos mais diversos perfis.

Se as “feiras livres” já possuem algumas peculiaridades, o mercado de antiguidade é ainda mais específico, em se tratando de suas relações econômicas e sociais, que se movimentam de um modo orgânico ainda mais particular. Este mercado serve como fonte de renda para diversas pessoas que no meio de suas transações, trocam entre si e com os compradores não apenas o capital, como também sua vivência e saberes sobre os objetos comercializados sendo eles antigos e usados como: objetos de cristal, tapeçaria, fotografias, revistas, joias, moedas de diversos países, máquinas fotográficas antigas, roupas, obras de arte e outros objetos que vão sendo ressignificados ao longo do tempo. Essas mercadorias podem circular economicamente das mais variadas formas, sendo por meio de leilões (online e físicos), lojas de antiquários, vendas de residência e feiras.



(Barraca de Fotos Antigas e Cartões Postais da Lília. Fotografia: Marina Ferraz de Oliveira)

Não é fácil definir de forma exata quem são os atores sociais envolvidos na lógica de funcionamento da “Feira de Antiguidade da Praça XV”, assim como é difícil definir suas relações econômicas e sociais. Caminhando pela feira, é possível notar de forma superficial quatro perfis atuantes básicos: O organizador, o expositor, o visitante e os vendedores ambulantes que permeiam as barracas tentando informalmente negociar produtos com os expositores da feira. Contudo, é preciso tomar cuidado ao traçar perfis para os envolvidos, pois a identidade, assim como as informações sobre os participantes nem sempre são confiáveis, ou o que parecem ser, elas se confundem: “Assim, um expositor pode ser tanto um vendedor, comprador, colecionador, de acordo com sua conveniência, conhecimentos, interesses, e principalmente, de acordo com as situações.” (LORETTI, 2010, p.26 e 27). Tentarei, no entanto, sintetizar um recorte por meio da ampla leitura de material bibliográfico, observação da feira e algumas entrevistas com o organizador e expositores.

Na “Feira de Antiguidades da Praça XV” podemos encontrar dentre os expositores, personalidades que trabalham exclusivamente no nicho do mercado da antiguidade sendo esses: antiquários, donos de leilões ou vendedores que tem lojas online, porém está cada vez mais comum encontrar pessoas cuja fonte de renda principal não é a feira. Sendo essas pessoas que trabalham nos nichos supracitados ou pessoas com formações distintas que atuam em outros meios fora do mercado de antiguidade, seguem alguns depoimentos:

“Eu trabalho durante a semana normal e no sábado exponho aqui.”

(JORGE LUIZ, expositor há 17 anos)

“Só exponho na feira, faço faculdade de artes visuais na UERJ e Produção de Moda no Senai.”

(CAMILA MORAES, expositora há 3 anos)

“Eu tenho outras fontes de renda, vendo também pela internet, mas a princípio só aqui...sou também artista plástica, não trabalho mais com isso, fazia fotografias, mas tive um problema na vista então isso aqui foi uma maneira de suprir essa necessidade e continuar.”

(Lilia, expositora há 25 anos.)

Quando perguntamos aos feirantes qual é o público que frequenta a feira, é comum receber de primeira uma descrição bastante geral. Eles afirmam receber pessoas de todas as idades e sexo, mas ao longo da conversa percebemos que algumas figuras são repetidamente citadas como fazendo parte de um “público cativo”, que costuma ser caracterizado como comprador em potencial: turistas, pessoas que trabalham no campo das artes e colecionadores, sendo esta última categoria a mais presente de todas.

A partir da fala da expositora Rosali Duarte, que expõe na feira há 16 anos em uma barraca de colecionismo, podemos notar que existe um fluxo intenso de turistas: “Tem público nacional e internacional. As pessoas vêm para cá de férias, doidas atrás de peça. Muita gente de fora. Franceses, italianos, japoneses e chineses, gente de nacionalidades bem diversas. ” Este fluxo se dá, não só pela importância turística da Praça XV em si, mas também pelo fato de que nos últimos anos as feiras de antiguidade passaram a atrair o olhar curioso desses visitantes, como uma forma de adentrar a cultura local. Temos como exemplo próximo a “Feira do Lavradio” que começou como uma feira de escambo e foi ressignificada, se tornando um evento de caráter totalmente turístico, que visa a revitalização urbana e se tornou basicamente um polo cultural de artesanato e gastronomia. Como exemplo mais distante temos feiras reconhecidas como espaços turísticos que trabalham exclusivamente com antiguidades ou que possuem setores voltados para este nicho, sendo exemplos mais famosos as feiras Benedito Calixto em São Paulo, San Telmo em Buenos Aires, Tristan Narvaja em Montevideo, Ladra Lisboa e a Portobello

Market em Londres.

Os profissionais que trabalham no campo das artes procuram a feira por diversos motivos, eles podem ser figurinistas, cenógrafos, produtores culturais e artistas plásticos. Nesse caso é comum ocorrer um acordo de locação dos objetos, pois estes indivíduos buscam produtos apenas por tempo limitado e não tem interesse de revenda ou colecionismo. A expositora Camila Moraes que possui um brechó de peças das décadas 70 e 80 relatou que “a clientela é bem variada, a maioria é jovem, mas vem pessoal comprar coisas pra compor figurino...” e o expositor Jorge Antônio que possui uma barraca de objetos antigos bem diversificados e roupas antigas relatou que é comum aparecerem pessoas querendo peças para produzir cenários cinematográficos: “Muita gente vem comprar para produção de cinema e novela, é muito comum ver produtores da rede globo por aqui e também universitários que estudam cinema.”. Os artistas plásticos também são vistos como uma clientela importante. Eles procuram artigos para compor suas obras de arte e pinturas, a expositora Lília realizou o seguinte relato:

“Vendo muito para artistas plásticos e quando a gente estava ali na perimetral eu vendia muitas fotos para um artista que comprava umas quinhentas ou mais fotos 3x4 e ele fez uma grande exposição. Eu fazia álbuns com fotos de noiva, por exemplo, e ele comprou muito desse material, eram sempre esses temas: noivas, 3x4 e primeira comunhão. Ele fez uma exposição muito linda na Caixa Econômica. Então, eu gosto de acompanhar esses trabalhos, pois também sou artista plástica. Sempre que alguém vêm procurando esse material, eu pergunto para o que é, pois gosto de conhecer o trabalho das pessoas.” (Lília, 2017)

O colecionador é a figura mais mencionada pelos expositores, ele possui um perfil ambíguo, pois pode aparecer tanto como expositor quanto como um visitante. Ele é reconhecido por exercer o importante papel protagonista de detentor do conhecimento sobre os objetos:

“Quem coleciona, geralmente compra mais do que vende, disputando e acumulando

peças que possivelmente interessem a outros colecionadores e, evidentemente aos comerciantes, que visam tirar proveito desta mediação. Por essa razão, o colecionador tem um papel preponderante na determinação dos valores das coisas e, também, a maioria dos comerciantes apreciam as conversas com os colecionadores, aproveitando para se situar sobre as fundamentais características das peças e dos valores.” (LORETTI, 2010 p.28)

Segundo SOUZA(2009, p.2): “Colecionar” significa juntar, reunir “objetos que chamem a atenção por algum motivo (normalmente, por suas características diferentes ou estéticas). A coleção seria o resultado dessa atividade, o agrupamento desses objetos”. Estes objetos acabam por mudar de função, sendo ressignificados: “Em uma coleção, os objetos são ‘abstraídos’ da sua função original, portanto, não são mais utilizados e sim ‘possuídos’, formando um sistema com estatuto próprio, sobrevivendo unicamente para ‘significar’” (ALMEIDA, 2001, 123). Os primeiros registros dessa atividade datam da antiguidade, os povos gregos e egípcios já possuíam este hábito, mas segundo ALMEIDA (2001, 124) foi no império romano que o colecionismo se expandiu, a partir de objetos caracterizados como artigos de guerra que eram saqueados de outros povos e eram expostos como forma de propaganda e prestígio para os generais romanos. Na Idade Média, este hábito voltou-se para o colecionismo de relíquias da igreja. A partir do Renascimento o ato de colecionar começa a ter relação com o objetivo de preservar legados da cultura clássica; esculturas, pinturas e outros objetos que eram repletos de valor. Nesta época começaram a surgir os Gabinetes de Curiosidades (precursores dos museus), coleções abertas ao público constituídas a partir de objetos raros e estranhos encontrados nas explorações e descobrimentos. Hoje em dia, o colecionismo é tido por muitos como um hobby, que pode ou não estar ligado ao prestígio social.

Os expositores constituem seus acervos a partir do ato de “garimpar”, esta palavra tem origem no ato de extrair metais e pedras preciosas, sendo garimpeiro um termo utilizado para “definir aqueles que procuram objetos valiosos em meio a toda sorte de coisas, mas mais

precisamente em referência a objetos de valor encontrados nos lixos urbanos” (LORETTI, 2010, p.16). E de fato é comum que grande parte destes acervos saia do lixo, “muita coisa que vão parar no lixo, os catadores de rua acabam encontrando e vendem aqui para os expositores e com isso a gente resgata objetos que iam ser perdidos” (Rafael, 2017).

Os comerciantes da feira possuem contato com fornecedores, em sua maioria catadores que identificam as peças que podem agradá-los. Durante a feira é comum vê-los circulando pelas barracas tentando negociar produtos, alguns poucos estendem um pano no perímetro ao redor da feira e expõem seus achados de modo informal. Conforme mencionado anteriormente, esta prática era muito mais comum na época do viaduto perimetral, se formava basicamente uma feira a parte denominada “Shopping de Chão”. Nela ocorria uma incrível circulação de objetos, os feirantes que chegassem cedo e garimpassem bem, fariam boas negociações e objetos que pareciam sem valor comprados por uma barganha eram mais tarde encontrados na feira “oficial” sendo vendidos por um valor bem mais alto. Esta feira informal foi proibida, alguns expositores relataram que uma parcela destes indivíduos conseguiu encontrar uma forma de se “integrar” a feira dividindo mais de uma pessoa o valor da barraca, mas é possível notar de forma periférica a presença de alguns poucos sobreviventes do “Shopping de Chão”.

É importante mencionar que existem ainda outras formas de se encontrar objetos para compor os acervos. Sendo bazares e vendas de residência formas bastante comuns de garimpo de objetos, seguem alguns relatos dos expositores:

“Geralmente compro de pessoas que querem se desfazer. Elas me encontram aqui, dizem que tem fotografias e eu compro delas. Às vezes de colecionadores, ou da família deles quando já morreram. Às vezes encontro baús de fotos antigas. Geralmente ponho anúncio na barraca. E os catadores sem teto conseguem muito material nesses prédios da zona sul e de gente rica que joga fora. Eles já tem hora de passar lá, não sei se negociam com os porteiros, não sei como é que é muitos já vem aqui direto e já me vendem algumas coisas, geralmente coisas boas.” (Lília,2017)

“Os produtos a gente consegue garimpando em vários lugares, coloco anuncio, vou em venda de residência. ”

(JORGE LUIZ, 2017)

Contudo, nenhuma destas formas de obtenção de mercadorias fornece ao expositor informações totalmente seguras acerca da origem dos objetos negociados. Se tratando do bazar especificamente e ainda da venda de residência, é possível obter alguma informação, no entanto, segundo GEERTZ (1979):

“Boa parte da estrutura institucional e da forma cultural do bazar apresenta dois gumes, dificultando o acesso a informação confiável, mas também facilitando a busca por tal informação. É tentador concluir que labirintos de informação complexos e culturalmente organizados como estes sejam um traço especial de economias do tipo bazar” (Apud APPADURAI, 2008, p.62)

No mercado de antiguidade o conhecimento é uma moeda importante para as negociações, é a ferramenta que institui valor a um objeto. Partindo do pressuposto que todos os objetos possuem uma história, um fluxo e uma utilidade que vai mudando a partir de contextos sociais. Esta ideia está expressa no termo biografia cultural: “A perspectiva da biografia cultural, formulada por Kopytoff, e apropriada a coisas específicas enquanto passam por mãos, contextos e usos diferentes, acumulando, assim, uma biografia específica. ” (APPADURAI, 2008, p.51). Sendo assim, os objetos expostos na feira são mercadorias que por serem antigas possuem uma longa biografia cultural, passando por diversos usos, sendo a todo o momento ressignificados.

Para APPADURAI (2008, p.60), existem duas formas de conhecimento sobre as mercadorias “o conhecimento (técnico, social, estético etc.) que integra a produção da mercadoria; e o conhecimento que integra a ação de consumir apropriadamente a mercadoria. ” É favorável para os atores sociais envolvidos no mercado de antiguidade possuir esses dois modos

de conhecimento, assim se tornam preparados para transações econômicas que sejam vantajosas tanto para o comerciante quanto para o comprador, evita-se ainda que existam questões referentes a autenticidade dos objetos. Faz parte do trabalho do colecionador e dos profissionais dessa área reconhecer aquele objeto como raridade, reconhecer seu valor histórico e encontrar a demanda que sugere a peça seu valor econômico.

Um dos componentes básicos do mercado de antiguidades é que todas as ações são regidas pela negociação, especialmente tratando-se do ambiente da “Feira de Antiguidade da Praça XV” é comum que os preços variem de acordo com fatores que geralmente tem relação com o perfil do comprador. A capacidade de negociar é de extremo impacto no valor do objeto, assim como a construção de uma relação com o vendedor, quanto mais assíduo e bem informado o comprador for, maior será a margem de negociação. “Assim, o preço neste mercado é situacional, dependente de muitas variáveis e, portanto, variável. Outro dado relevante é que, apesar de não haver preço fixo para as mercadorias, os expositores, diante de um cliente, agem como se realmente houvesse.” (LORETTI, 2008, p.23)

A construção desta relação se faz importante porque no meio do mercado de antiguidade a confiança entre as partes é uma força motriz, principalmente pela incerteza de que a mercadoria é original, esta veracidade influencia diretamente no valor de troca. Entramos então, na questão da autenticidade que, segundo BAUDRILLARD (2015, p. 83) é preciso “distinguir na mitologia do objeto antigo dois aspectos: a nostalgia das origens e a obsessão pela autenticidade” sendo estes aspectos importantes atribuidores de valor às peças. A “nostalgia das origens” está diretamente ligado a “historicidade” que são os “signos, ou indícios culturais do tempo que são retomados nos objetos antigos” conferindo “uma função bem específica dentro do quadro do sistema: significa o tempo”, tornando-se então um mito sobre a origem “quanto mais velhos são os objetos, mais nos aproximam de uma era anterior, ‘da divindade’, da natureza dos conhecimentos primitivos”. Já a autenticidade “se traduz em uma obsessão de certeza da origem da obra, de sua data, de seu autor

e de sua assinatura. O simples fato de que o objeto tenha pertencido a alguém célebre, poderoso, confere-lhe valor. ” Esta definição nos remete novamente ao ritual do kula que é pautado pela questão da reputação dos envolvidos nas trocas dos objetos rituais.

No mercado de antiguidade, o leilão é a forma mais segura de garantia de autenticidade, pois mesmo que os valores sejam variáveis e imprevisíveis, os objetos passam por uma análise de especialista, esta é uma das “fontes mais procuradas e confiáveis, porque, em tese, as peças costumam passar por uma espécie de perícia ou avaliação, e são ambientes altamente didáticos para os expositores, já que apresentam catálogos descritivos dos produtos. ” “(LORETTI, 2010 p.16) No ambiente da feira entretanto, embora em transações mais valiosas, o expositor ou comprador possa recorrer aos leilões ou colecionadores especialistas, a autenticidade de modo geral é averiguada a partir do conhecimento(entre ambas as partes) sobre a “biografia dos objetos” e a confiança é primordial nas relações de troca, a palavra é a única garantia da autenticidade.

Podemos deduzir então que em um primeiro momento, quando essas antiguidades chegam às mãos do expositor, ele não possui muitas informações acerca desses objetos apenas conhecimentos adquiridos a partir de vivências anteriores. A familiaridade vai crescendo a partir de relações de trocas de saberes, a partir de pesquisa e das relações de confiança. Esta particularidade torna tanto a Feira da Praça XV quanto o mercado de antiguidade ambientes regidos por relações sociais de intercâmbio de informações:

“A gente trabalha com curiosidade também, tem muito que você passa a conhecer a partir do cliente que compra. Você não sabe o que aquilo significa, aí as pessoas já vêm e contam a história para você e isso é um intercâmbio maravilhoso. ”

(ROSELI DUARTE DE PAIVA, expositora)

Refletindo sobre a dinâmica dos atores sociais da feira e seus conflitos, podemos utilizar o conceito de “Drama Social” elaborado por Victor Turner a partir de seu estudo sobre a vida social e os rituais da tribo Ndembu na África. O conceito faz uma comparação dos processos sociais com a dramaturgia teatral, analisando a encenação de um conflito em atos e cenas representados por atores sociais acarretando em um clímax. Para TURNER (1953, p. 33), as manifestações de conflitos de interesse entre grupos e indivíduos, acarretam em uma “irrupção pública de tensão” que pode ou não alcançar um desfecho claro. “Dramas sociais são, portanto, unidades de processos anarmônico ou desarmônico que surgem em situação de conflito”. Esta análise é separada em quatro atos:

1 - Ruptura das relações sociais formais regidas por uma norma que é “sinalizada pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule a relação entre as partes”.

2- Crise Crescente que representa uma “tendência de que a ruptura se alargue, ampliando-se até se tornar tão coextensiva quanto uma clivagem dominante no quadro mais amplo de relações sociais relevantes ao qual as partes conflitantes ou antagônicas pertencem”.

3- Ação Corretiva quando um membro que possui liderança no “sistema social perturbado” lança mão de mecanismos de “ajuste e regeneração, informais ou formais, institucionalizados ou não” para por meio de “performance ritual pública” tentar ‘solucionar certos tipos de crise ou legitimar outras formas de resolução’.

4- Reintegração ou cisão do grupo social perturbado que consiste no momento de reconhecimento de que os indivíduos podem se reintegrar em sociedade ou legitimar uma “cisma irreparável entre as partes em conflito”.

Segundo TURNER (1953, p. 31), esta análise também pode ser aplicada a outros grupos sociais: “Os dramas sociais, com estruturas temporais ou processuais muito parecidas com as que detectei no caso dos Ndembu, podem ser isolados para estudo em sociedade de todo o tamanho e

complexidade. Isto é verdade particularmente em situações políticas.”. Sendo assim, este conceito se aplica na situação que iremos descrever mais adiante sobre a relação conflituosa entre os feirantes e a organização da feira que em sua essência envolve questões políticas com a esfera pública. É importante ainda ressaltar que conforme Turner prevê “não existe ação estática” no mundo social, sendo assim os organismos sociais estão sempre em constante mutação assim como acontecimentos que estão sempre ocorrendo de forma fluída, sendo impossível prever resultados finais totalmente apurados dos conflitos estudados.

Um marco para a Feira da Praça XV, sem dúvidas, foi a derrubada do viaduto da perimetral. O viaduto não só servia como o delineador de um grande corredor, uma marca da feira, mas também como um protetor das chuvas e do sol forte, ele dava a sensação de acolhimento. Sua localização era estratégica, pois era um local importante de passagem de pessoas que saíam das barcas de Niterói e Paquetá ou esperavam o ônibus do mergulhão.

Esta época é vista com muito saudosismo pelos expositores mais antigos, como a Sra. Lília que declarou que esta época foi a fase mais lucrativa “Quando tinha o viaduto da perimetral foi a melhor época, pois pegava o público que passava para as barcas e depois tiveram as mudanças, mas a melhor época foi embaixo da perimetral... Naquele tempo minha barraca era linda, eu tinha duas e utilizava a grade do viaduto para pendurar as fotos e postais que vendo. ”

Após a derrubada do viaduto, a Praça XV se tornou um verdadeiro campo de obras. Os expositores ficaram sem ter para onde ir, muitos foram os boatos de que a feira não seria mais a mesma e que poderia chegar ao fim. Não existia nenhum tipo de respaldo quanto a realocação da feira, até que gradualmente a feira foi se estabilizando ao lado do Paço Imperial. Para os feirantes embora este local não possuísse todo o simbolismo do viaduto, ainda era na “parte bem na saída das barcas, as vendas eram melhores e pegava esse público de passagem”(Lília, expositora), aos poucos a feira foi voltando a sua movimentação comum.



(Lília, expositora. Fotografia: Marina Ferraz)

Conforme citado no capítulo inicial, em 2016 houve a construção do Boulevard Olímpico que ligava a Praça XV à Praça Mauá e este local virou palco de eventos que faziam parte do Calendário Olímpico mobilizando milhares de pessoas no Paço Imperial. Assim a feira foi removida novamente sendo realocada na Praça Marechal Âncora, esta mudança seria provisória apenas para o período olímpico. No entanto, no dia 14 de dezembro de 2016 foi aprovado pelo ex Secretário de Ordem Pública Leandro Matieli o decreto 42664 que “cria” a “Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora”, tornando este o local oficial de realização da feira e modificando legalmente a nomenclatura que já era tradicionalmente conhecida, embora no campo informal o nome “Feira de Antiguidade da Praça XV” permaneça devido provavelmente a

proximidade de ambos os locais e a carga afetiva que este nome possui perante os expositores e frequentadores. De certo modo, este decreto é benéfico a feira por atender demandas antigas de oficializar as atividades, diminuindo atritos entre a organização da feira e o poder público. É possível notar que os organizadores veem este decreto como um avanço, uma forma de evitar sua extinção, instaurando um local fixo que evitará futuras remoções, sendo também uma forma que atribuir oficialmente total responsabilidade e autonomia a FeCult no que tange às decisões referentes a Feira da Praça XV. Quando questionados se a feira possui algum desafio atualmente, o organizador fez a declaração a seguir:

“Atualmente a gente não tem muitos desafios. A prefeitura tem ajudado com o decreto e a lei do tombamento da feira. Então a gente tem um apoio legal. Antes era mais difícil, mas mesmo assim, a gente sempre conseguiu se relacionar bem com a prefeitura. Tem também as intempéries normais como sol e chuva, o rio é uma cidade tropical muito quente, mas isso não impede que a gente realize.”

(Rafael, 2017)

Ao conversar com os expositores, percebemos que o discurso do organizador é bastante precipitado e otimista comparado com a visão exposta pelos comerciantes. A impressão que passa é que existe um desconhecimento das preocupações que tangem o cotidiano dos expositores, porém existe também a hipótese de esta visão ser uma tentativa de maquiagem uma possível ruptura de crise, como a estudada pelo TURNER (1953) na tribo Ndembu, entre os organizadores e os expositores que possuem outro ponto de vista, principalmente quando se referem a nova localização. Para eles, embora a oficialização da feira seja importante para a sua manutenção e o novo local possua uma vista muito bonita da Ilha Fiscal, esses requisitos não são suficientes para atrair o público necessário. A feira está carente no quesito divulgação, principalmente no que diz respeito a mudança de localização e o acesso é limitado, a Praça Marechal Âncora é um local “escondido” que não é considerado de uma rua de “passagem” ou de trânsito de carros e pedestres, seguem alguns depoimentos que mostram as preocupações dos expositores:

“Muitas pessoas não aprovam a mudança, justamente pela acessibilidade que é muito difícil. Aqui tem um visual muito bonito e vejo até como um grau evolutivo, a beleza e a limpeza. Mas o acesso está muito ruim, muita gente não sabe que estamos aqui agora. Precisa ter uma divulgação massificante para que atinja aquele público que antes estava conosco e que hoje caiu em 70%. Apenas os cativos e as vezes nem eles vêm mais, vem porque tem um amigo, porque já te conhece e vem bater um papo. ” (ROSELI DUARTE DE PAIVA, 2017)

“ Com essas mudanças por causa do Boulevard Olímpico nos mudaram de lugar. Às vezes parece que estão querendo nos esconder. Muita gente não sabe que a feira acontece aqui, deveriam ter sinalizações. É uma feira de quase 50 anos, então a gente precisa ter esse apoio. ” (JORGE LUIZ, 2017)

“Pra falar a verdade, o movimento não está muito bom aqui. Preferia mil vezes lá por que era caminho para a barca e tudo mais, era muito melhor o espaço. Aqui é bonito, a paisagem... mas só isso mesmo. Eu queria voltar pra lá, a feira é conhecida por estar na Praça XV mesmo, não teria sentido deslocar pra outro lugar. ” (Camila Moraes, 2017)

“O mais recente foi o paço imperial e quando estava começando a ficar boa viemos pra cá que está péssimo, não fazem a divulgação direito, eu faço pras pessoas que eu conheço, mas falta aquela divulgação boa. Muita gente descobriu a gente aqui depois de muitas semanas.” (Lília, 2017)

O pouco movimento da feira atualmente está atrapalhando diretamente nas vendas dos expositores, houveram relatos de que em alguns dias não é possível ter lucro suficiente para cobrir as despesas de R\$ 60,00 do aluguel das barracas, esta questão está fazendo com que alguns expositores abandonem a feira, ou não participem com a frequência que gostariam.

Resta saber se o destino da feira está fadado a cisma ou acomodação, conforme TURNER

(1953) prevê. Os problemas financeiros e o aparente abandono por parte dos expositores pode ser um indício de cisma eminente. Percebi, contudo, no relato dos expositores mais antigos uma carga de afetiva muito forte pela feira, provavelmente pelos longos anos de vida dedicados a ela e as relações de amizade que foram construídas neste período.

### 3 - Patrimônio, Memória e Desafios

O patrimônio é um conceito que remete à herança, sendo uma palavra que vem do latim *Patrimonium* que significa tudo o que pertencia ao pai. Este conceito é compreendido por elementos herdados do passado, no qual um determinado grupo ou indivíduo reconhece sinais de sua identidade e, portanto “bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo cultural e que podem ser materiais ou imateriais.” (ZINIRATO, 2009, p. 138)

A Praça XV de Novembro sempre foi um espaço público de grande importância patrimonial para cidade, sendo caracterizada como um bem tombado, ela possui ainda em sua área de perímetro diversas construções e monumentos que recebem o título de patrimônio material, sendo eles o Arco Teles, Chafariz do Mestre Valentim, Igreja de São José, Igrejas e Convento do Carmo, Paço Imperial e o Restaurante Albamar antiga torre do mercado municipal.

O mercado de antiguidades em si está sempre pautado na nostalgia, no sentimento de reviver o passado a partir do contato com objetos que fazem ou fizeram parte de uma memória individual e coletiva. Segundo (Clifford, 1985; Pomian, 1997), o colecionismo possui grande relação com a prática de preservação do patrimônio cultural esta prática está ligada à:

“Coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao ‘outro’. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um património.”

(Apud. APPADURAI, 2008).



(Expositor Jorge Luiz. Fotografia: Marina Ferraz de Oliveira)

Se tratando da “Feira de Antiguidade da Praça XV” especificamente estas relações de saudosismo são frequentes. O expositor Jorge Luiz relatou que “a feira representa demais pra memória do rio de janeiro, eu fico emocionado de ver as pessoas relembrando do passado, do que tinham na casa da avó quando eram pequenos”. Para o organizador Rafael Barbeito “A Feira da Praça XV é uma feira memorialista, que resgata cultura e arte.”, nela é possível encontrar vestígios da memória da cidade do Rio de Janeiro, artigos perdidos que contam a história e que por meio das relações de troca de informação da feira conseguem ser preservado, ele narra o episódio em que foi encontrado uma filme do enterro do João do Rio que estaria perdido no lixo: “Como o filme do enterro do João do Rio, não existia nenhum documento a respeito e ele foi

encontrado aqui. Foi feito no enterro dele. Até quem ajudou a fazer a negociação foi a Alice Gonzaga, presidente da Cinédia, que era expositora da feira. ”

Deste modo é importante compreender a noção de patrimônio imaterial sendo definida pelo IPHAN como “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). ” A lei (citada no primeiro capítulo) aprovada pela câmara dos vereadores ao final de 2016 que reconhece a Feira da Praça XV como patrimônio imaterial e ressalta do valor tradicional dela para a memória da cidade do Rio de Janeiro:

“Art. 1º Fica tombada, como bem de natureza imaterial da Cidade do Rio de Janeiro, a Feira de Antiguidades conhecida como “Feira do Troca”, realizada aos sábados, no horário das 06:00 às 16:00, na região da Praça 15 de Novembro no Centro, em face de sua relevante produção de práticas culturais fortalecedoras da memória e da identidade da sociedade carioca. ”(PROJETO DE LEI Nº 166/2013)

Este projeto de lei tem como objetivo o registro da feira como bem imaterial em nível municipal, contudo o fato desta lei ter ficado em tramitação por anos, a tornou desatualizada em relação ao momento em que a feira está vivendo. Existem muitas informações no texto do projeto que estão em desacordo com as informações dos organizadores, tal como o número de expositores, o horário de funcionamento e o nome Feira do Troca, pois atualmente feira não é mais regida pela prática do escambo. Os esforços em propor e redigir esta lei representa uma válida tentativa de salvaguarda das práticas realizadas na feira, assim como o reconhecimento da sua relevância para o cotidiano no carioca. No entanto, devemos nos questionar até que ponto ela traz ações efetivas no que diz respeito na real valorização da feira no dia a dia dos expositores, principalmente quando comparada com ao decreto 42664.

Sendo assim em alguns momentos estes mecanismos são contraditórios entre si. Enquanto o decreto oficializa a Praça Marechal Âncora com local de realização da feira e modifica sua nomenclatura, a lei de tombamento procura preservar a essência tradicional da feira que é sua realização na Praça XV de Novembro. Embora ambos os mecanismos legislativos possuam o mesmo objetivo, o de oficializar e manter em funcionamento a feira de antiguidade, precisamos questionar até que ponto levam em conta as peculiaridades e a preservam de fato

Portanto, se fazem necessárias “ações de salvaguarda” e como parte destas ações, uma maior participação dos expositores no diálogo com o poder público, pois voltando ao conceito do “Drama Social” de TURNER(1953), as questões de preservação, acessibilidade e divulgação em um cenário a longo prazo precisam ser reconhecidas e resolvidas por meio de uma “ação corretiva” por parte dos organizadores, caso contrário os expositores irão caminhar para uma cisão eminente que poderá acarretar o fim da feira ou poderá haver uma maior união dos atores sociais deste grupo que buscará uma reintegração. Deste modo, é impossível prever de forma precisa qual será o destino da Feira de Antiguidades da Praça XV, o que é importante ser ressaltado é a representatividade dela como parte da memória da cidade levantando um questionado sobre até que ponto os mecanismos legislativos no que diz respeito ao patrimônio de fato contribuem para a salvaguarda de uma prática considerada tradicional.

## CONCLUSÃO

Por meio desta pesquisa foi possível realizar um histórico das mudanças ocorridas na “Feira de Antiguidade da Praça XV” dos anos 70 ao final do ano de 2016. Destaca-se neste histórico os deslocamentos da feira e as consequências destas localizações para os envolvidos e para a manutenção da tradição.

As práticas de sociabilidade da “Feira de Antiguidade da Praça XV”, foram observadas a partir das relações dos atores sociais que fazem parte deste cotidiano e que se movimentam de forma singular regida pelas normas específicas do mercado de antiguidade. Esta dinâmica é pautada pelo conhecimento acerca dos objetos expostos, pela troca de informações entre estes atores sociais e pela confiança que é a força motriz das negociações.

A partir destas relações, pude identificar conflitos que começaram com mudanças recentes na localização de feira, e que foi agravado com o decreto que move permanentemente a feira para a Praça Marechal Âncora, embora este decreto venha de uma demanda por maior oficialização das atividades, os depoimentos dos expositores mostram uma clara insatisfação com a localização isolada e as estratégias de divulgação (quase nulas) adotadas por parte do organizador. Este por outro lado, tem um discurso otimista sobre a nova localização. Procurei relacionar estas contradições com o conceito de “Drama Social” de TURNER (1953) que traz reflexões sobre os desfechos possíveis para grupos sociais em processo de crise.

Tendo em vista a importância da feira para a memória da cidade do Rio de Janeiro, ao final de 2016 foi aprovada a lei de registro da feira como patrimônio imaterial em esfera municipal. Embora este reconhecimento seja legítimo, surge o questionamento sobre a efetividade deste mecanismo legislativo para a proteção patrimonial da feira.

No que diz respeito ao destino da “Feira de Antiguidade da Praça XV” é impossível prever se a mesma está destinada a cisma ou acomodação, conforme a teoria de TURNER (1953). Acredito que os desafios enfrentados pelos expositores, serão sobrepostos pela afetividade expressada pelos participantes mais antigos, este fator pode representar uma força coletiva que irá impedir a cisma resultando em uma maior união do grupo para reivindicar melhorias no que diz respeito à divulgação e sinalização do local, ou até mesmo estas reivindicações poderão resultar na volta da feira para a Praça XV de Novembro, no Paço Imperial.

Conclui-se, portanto, que apenas os mecanismos legislativos supracitados, não são suficientes para garantir a continuidade da feira. São necessárias “ações de salvaguarda” que possuam maior participação dos atores sociais nos diálogos com o poder público, tornando possível então, preservar a tradição da “Feira de Antiguidade da Praça XV”.

## **BIBLIOGRAFIA:**

**BAUDRILLARD**, Jean. “*O Sistema dos Objetos*”. Ed Perspectiva. 2015.

**APPADURAI**, Ajum. “*A Vida Social das Coisas*.” Ed. Universidade Federal Fluminense. 2008.

**MALINOWSKI**, Bronislaw. “*Os Argonautas do Pacífico Oriental*. 1922.

**LORETTI**, Pricila. “*Do Lixo ao Luxo: A Valorização de Objetos a Partir da Feira de Antiguidades da Praça XV*”. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia, IFCS - UFRJ. 2010.

**EVANGELISTA**, Douglas de Souza. “*Shopping-Chão: Identidade e Circulação de Pessoas e Objetos em uma Feira de ‘Antiguidades’ e ‘Usados’ no Centro do Rio de Janeiro*”. Ponto Urbe (online). 2014.

**TURNER**, Victor. “*Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*”. Ed. Universidade Federal Fluminense. 2008.

**ZANIRATO**, Silva Helena. “*Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural*”. UNESP – FCLAs – CEDAP. 2009.

**SOUZA**, Helena Vieira Leitão. “*Colecionismo na Modernidade*”. ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza. 2009.

**ALMEIDA**, Cícero Antônio Fonseca de. “*O ‘Colecionismo Ilustrado’ na Gênese dos Museus Contemporâneos*”. Anais do Museu Histórico Nacional, V. 33, 2001.

## Anexos:

DECRETO Nº 42664 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

### **Cria a Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora, disciplina seu licenciamento e dá outras providências.**

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Municipal de promover ações concretas de ordenamento das atividades econômicas exercidas em áreas públicas;

CONSIDERANDO a importância cultural e turística da Feira de Antiquários da Cidade do Rio de Janeiro, DECRETA:

**Art. 1º** Fica criada a "Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora", que funcionará aos sábados, na Praça Marechal Âncora no Centro desta cidade.

**Art. 2º** A Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora destina-se a comercialização de antiguidades.

Parágrafo único. Fica autorizada a comercialização de lanches, doces e salgados, bem como bebidas não alcoólicas, sucos e refrescos, desde que não comercializados em recipientes de vidro.

**Art. 3º** A Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora poderá, mediante prévia autorização da Secretaria de Ordem Pública, abrir espaços adequados para apresentações de manifestações artísticas nas áreas de música, artes plásticas, teatro, cinema, literatura, bem como as de características populares, folclóricas ou regionais.

**Art. 4º** Fica instituída a Comissão Especial da Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora, que tem por objeto a interlocução entre o Poder Público e os expositores e como missão institucional a proposição de medidas de melhoria, desenvolvimento e sustentabilidade da Feira de Antiquários da Praça Marechal Âncora.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos órgãos e entidades relacionados neste parágrafo, sob a presidência do primeiro:

I - Secretaria Municipal da Ordem Pública;

II - Instituto das Feiras Culturais do Brasil - FECULT;

III - Outras autoridades e técnicos, que poderão ser convidados a participar das reuniões, de modo a contribuir para proficiência dos trabalhos.

**Art. 5º** Fica limitada em 400 (quatrocentas) a quantidade total de barracas na Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora, dentre as quais serão destinadas, no máximo, 6 (seis) barracas

para o comércio que trata o parágrafo único do art. 2º;

**Art. 6º** Fica facultado ao Instituto de Feiras Culturais do Brasil - FECULT a emissão de crachá para identificação do expositor cadastrado.

**Art. 7º** Ficam fixados os seguintes horários de funcionamento:

I - descarga e montagem: a partir das 00:00h (zero horas);

II - comercialização: a partir das 6h (seis horas);

III - desocupação das barracas ou encerramento das atividades: no máximo às 15:00h (quinze horas);

IV - desmontagem e carga dos tabuleiros e barracas dos veículos transportadores e liberação da via pública para limpeza: até às 17:00h (dezesete horas e trinta minutos);

**Art. 8º** Caberá à Coordenação de Feiras a fiscalização da Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora.

**Art. 9º** Caberá a Guarda Municipal garantir à desobstrução de áreas públicas nas imediações e entorno da Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora, irregularmente ocupadas por comerciantes ambulantes não autorizados.

**Art. 10** O Secretário Municipal de Ordem Pública poderá editar atos necessários à regulamentação do presente Decreto.

**Art. 11** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2016 - 452º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

D. O RIO 15.12.2016

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 16/12/2016*

}



(Feira no Paço Imperial. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira no Paço Imperial. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira no Paço Imperial. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira na Marechal Âncora. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira na Marechal Âncora. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira na Marechal Âncora. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira na Marechal Âncora. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira na Marechal Âncora. Fotografia: Marina Ferraz)



(Feira na Marechal Âncora. Fotografia: Marina Ferraz)





(Feira na Marechal Âncora. Fotografia: Marina Ferraz)



(Barraca da Lília. Fotografia: Marina Ferraz)



(Barraca da Lília, cartões postais. Fotografia: Marina Ferraz)



(Barraca da Lília, cartão postal da Praça XV. Fotografia: Marina Ferraz)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

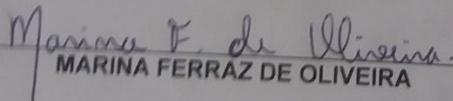
---

### AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

---

Niterói, 16/03/2017

Eu, **MARINA FERRAZ DE OLIVEIRA**, CPF 153.079.297-57 formando(a) do curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada "**FEIRA DE ANTIGUIDADE DA PRAÇA XV: ATORES SOCIAIS, CONTRADIÇÕES E AÇÕES DE SALVAGUARDA**" defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.

  
MARINA FERRAZ DE OLIVEIRA